AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS 1850 – 1930.

Cláudia Márcia Rudek*

RESUMO

Este artigo analisa a organização das relações de trabalho no processo produtivo das primeiras fábricas, focando as condições de vida e de trabalho dos primeiros operários brasileiros na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para compreender melhor a complexidade que envolvia o mundo do trabalho no Brasil, no período da instalação das primeiras fábricas, faz-se necessário uma discussão sobre o conceito de trabalho no sistema capitalista, para que se possa identificar se aquela forma de trabalho existente no período acima estabelecido corresponde realmente as relações de trabalho capitalista de produção. Para concretizar a análise usar-se-á a ótica do materialismo histórico, como fundamentação teórica. Munidos do quadro teórico acerca do trabalho capitalista, como a realidade se apresentava no cotidiano dos operários, a infra-estrutura do trabalho e de suas moradias e por fim, as primeiras organizações dos trabalhadores. Apresenta ainda, de que forma as relações de trabalho se efetivaram no cotidiano operário e como eram as condições de trabalho nas fábricas e de vida, fora delas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, organização das relações de trabalho, condições de trabalho e de vida.

* Professora de História na Educação Básica, na Rede Pública do Paraná.
Contato: cacaumr@hotmail.com

ABSTRACT

This article analyzes the relations' organization of the productive process of the first factories, emplaning the life's conditions and work of the first Brazilians workers in the meddle of XIX age and first decade of the XX age. To understand better the complexity about the works world in Brazil, in the installation epoch of the first factories, is necessary a discussion about the concept of work in the Capitalist System, for that we can to identify if that works' form existent in this period correspond to relations of the capitalist work. To we realize the analyze we'll use the Historical Materialism Optic, like theoretic fundamentation. With the theoretic fundamentation about it, we'll realize how the reality showed in the quotidian of the workers, the infra-structure of the work and their houses, and for end, the first organizations of the workers. Show yet, what form of the work relation realized itself in the workers' quotidian and how the work conditions in and out the factories and of life were.

KEY-WORDS: Work, organization of the works relations, conditions of the work and life.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende desenvolver uma reflexão referente ao contexto histórico da vida cotidiana do operariado brasileiro nas primeiras fábricas instaladas no Brasil, e nos bairros em que viviam, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A investigação sobre este tema partiu da observação dos conteúdos trabalhados em sala de aula sobre a evolução da indústria e a organização do trabalho operário, quando constatou-se a existência de informações bastante limitadas a respeito da gênese do trabalho no Brasil no período da instalação

das primeiras fábricas. O enfoque do estudo não destacará nenhuma fábrica ou vila particularmente, mas as características gerais nas regiões onde havia maior concentração de indústrias instaladas no país, neste período, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Pelas leituras realizadas ao longo de desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que há um direcionamento para a discussão sobre o mundo do trabalho e suas problemáticas na Inglaterra, país em que a industrialização teve grande impulso a partir do século XVIII. Enquanto que, neste mesmo período, o Brasil estava inserido no plano internacional, como país produtor e fornecedor de matérias-primas, fundamentais ao desenvolvimento dos países industrialmente mais adiantados.

Este cenário pode explicar a ausência de estudos mais aprofundados sobre as relações de trabalho fabril, quando se deu o primeiro surto industrial, a partir de meados do século XIX. Habitualmente, a historiografia econômica brasileira dá maior atenção ao estudo da mão-de-obra escrava, enquanto principal fonte de trabalho para as principais atividades econômicas no País até o século XIX. Até este momento, a mão-de-obra livre se restringia às atividades de subsistência e aos trabalhos sazonais, sendo que, os brasileiros livres e pobres participavam de maneira esporádica no processo produtivo, o que pode explicar as poucas informações que se tem a respeito do contexto que envolvia os trabalhadores fabris.

Até mesmo os historiadores dialéticos camuflaram a exploração do trabalho agrário, por que sua crença partia do pressuposto que a transformação se daria a partir da exploração do trabalho fabril, o que não aconteceu diretamente durante todo o século XIX.

Devido a estas lacunas históricas, os livros didáticos que tratam a história do trabalho no Brasil, apresentam o trabalho operário como coadjuvante no processo produtivo, o que demonstra o predomínio da ideologia burguesa em detrimento do pensamento e da organização operária consciente de que eram agentes históricos imprescindíveis neste processo da produção.

Revendo a importância fundamental que as relações de trabalho tiveram na formação do Brasil contemporâneo, cujo leque de análise ser abrangente, foi necessário excluir abordagens e definir prioridades para alcançar o objetivo deste trabalho, que é analisar as reais condições de trabalho e de vida dos operários que trabalhavam nas primeiras fábricas capitalistas instaladas no Brasil e, como estes trabalhadores se organizaram para mudar o quadro de exploração em que se encontravam.

Por esta análise, entende-se que havia certo desprezo pelo trabalho e pelo trabalhador braçal, particularmente no momento de grandes incertezas, por um lado, a força de trabalho escravo passou a dar problemas de abastecimento com o fim do tráfico, somando-se às reivindicações apoiadas por segmentos sociais liberais, que exigiam o fim do trabalho escravo e por outro, a vinda de trabalhadores europeus que traziam idéias que questionadoras em relação à hegemonia da ideologia burguesa.

Nas últimas décadas, foram publicados vários trabalhos referentes à história da indústria e do trabalho no Brasil, alguns, são pesquisas isoladas de uma determinada indústria, outros são pesquisas mais generalizadas, o que demonstra a importância que as relações de trabalho tiveram na organização da sociedade brasileira.

Neste sentido, o desenvolvimento desta pesquisa contribuirá com os conteúdos apresentados sobre a história do mundo do trabalho nos livros didáticos trabalhados no Ensino Médio, através da análise do cotidiano nas fábricas e fora delas, a vida operária, que representava uma extensão do sistema capitalista por meio da coerção sobre a reprodução da força de trabalho para a produção capitalista.

Devido a abrangência e a complexidade do tema, o contexto do mundo do trabalho no início da industrialização no Brasil, far-se-á uma breve discussão sobre o conceito de ‘trabalho’ pela análise do materialismo histórico para compreender melhor os avanços e retrocessos nas conquistas trabalhistas na vida dos trabalhadores brasileiros.

CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL – O COMEÇO

As primeiras fábricas que iniciaram suas atividades no Brasil instalaram-se ainda no século XIX, num cenário marcado pela ideologia colonial escravista, tornando a atividade fabril bastante desfavorável. Mesmo diante das adversidades, a maioria destas fábricas já adotava o sistema capitalista de produção, importando as idéias de outros países, onde a industrialização estava mais solidificada.

Mesmo com algumas particularidades no sistema produtivo brasileiro e na forma de organização social do trabalho, assim como nos demais países, a instalação de indústrias no Brasil, tinha por objetivo principal garantir vultosos lucros aos capitalistas (geração de mais-valia), através da concentração do trabalho num mesmo lugar e produção em larga escala, com exploração de trabalhadores sem posses dos meios de produção. Como a organização do trabalho nestas primeiras fábricas brasileiras não fugiu a regra dos padrões capitalistas, é importante refletir primeiro o conceito de trabalho no sistema capitalista para entender melhor as características das relações de trabalho nas fábricas brasileiras.

O trabalho é considerado uma mercadoria essencial na sociedade capitalista, objeto de venda ou troca, produzindo e reproduzindo o próprio sistema. Para Marx, “o trabalho adquire uma forma social, quando produz os meios de subsistência para quem trabalha, bem como para àqueles que não trabalham a classe burguesa. Mesmo o trabalho privado, independente, no conjunto, torna-se um trabalho social, por que produz para a sociedade, dando continuidade às relações sociais.”

Por esta análise, o trabalho em si não tem valor, torna-se valor quando transforma a matéria-prima em um objeto de uso. Este processo da produção é a materialização do trabalho, dando-lhe determinado valor. Como a força de trabalho é trocado com um capitalista por um salário, logo a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, estando sujeito às leis de mercado. Logo, como o operário não possui capital para adquirir matéria-prima e transformar em produto, usando sua força de trabalho, atribuindo-lhe valor,

então, vê-se obrigado a vender sua força de trabalho a uma capitalista que em troca recebe um determinado valor em dinheiro, chamado de salário, como observou Marx:

> "A fôrça humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando cristaliza na forma de um objeto... O trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra." (MARX, 1989, p.55)

O trabalho adquire uma forma social, quando produz os meios de subsistência para quem trabalha, bem como, para quem não trabalha a classe burguesa. Mesmo o trabalho privado, independente, no conjunto, torna-se um trabalho social, porque produz para a sociedade, dando continuidade às relações sociais.

Por esta análise, o trabalho em si não tem valor, torna-se valor quando transforma matéria-prima em um objeto de uso. Este processo da produção é a materialização do trabalho, dando-lhe um determinado valor. Como a força de trabalho é trocado com um capitalista por um salário, logo a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, estando sujeito às leis de mercado.

O operário não possui capital para adquirir matéria-prima e transformar em produto, usando sua força de trabalho, atribuindo-lhe valor, então vê-se obrigado a vender sua força de trabalho a um capitalista que em troca recebe um determinado valor em dinheiro, chamado de salário.

Estas características próprias do capitalismo tiveram no Brasil algumas particularidades, devido à permanência do regime escravista herdado do período colonial. Sendo que, havia um predomínio do campo em relação às cidades até a virada do século XIX para o XX. Este contexto mantinha um mercado interno muito frágil. Numa sociedade, como essa, em que o campo mantinha-se hegemônico, não se organizava um mercado de trabalho, e, sem haver um grande número de trabalhadores livres e assalariados, não se

desenvolvia as relações capitalistas de produção em sua plenitude, necessárias ao sistema capitalista.

Porém, os poucos trabalhadores brasileiros livres dispostos a trabalhar, encontravam uma situação atípica do capitalismo, porque nem sempre conseguiam vender sua força de trabalho por um salário como forma de pagamento, mas víveres, retirados nos armazéns das próprias fábricas. Esta situação contribuiu para a descaracterização do trabalho dentro das relações capitalistas de produção.

Embora, este tipo de relação de trabalho não fosse sua totalidade capitalista, era uma condição desfavorável ao trabalhador, porque necessitava vender sua força de trabalho pelo que lhe era oferecido. Por outro lado, eram uma condição muito favorável ao capitalista, principalmente àqueles investidores que haviam poupado grandes somas com a exploração do trabalho escravo e com a exportação de produtos primários, e, neste momento, fins do século XIX, estavam dispostos a investir na instalação de indústrias e precisavam de trabalhadores desocupados.

Nestas condições desiguais, o operário que nada possui, troca sua força de trabalho por um salário que lhe dará condições necessárias para sustentar-se e prover sua família, que trabalharão nas indústrias vendendo sua força de trabalho por um salário, dando continuidade ao ciclo produtivo.

O operário trabalha para viver, isto não significa que o trabalho é intrínseco ao ser humano, mas é um sacrifício no sistema capitalista, não lhe traz nenhuma satisfação de bem estar imediata, porque é o capitalista que usufrui da sua força de trabalho, pois enquanto o operário trabalha se deteriora a cada dia, num esforço gigantesco, passando mais horas na fábrica do que com a família. Como afirma Marx.

> “ O operário vende-se a si mesmo pedaço a pedaço. Vende em leilão por oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários de matérias-primas, dos

> instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é aos capitalistas.” (MARX, 1987, p. 23)

Este contexto ideológico revela-se também no início do processo da industrialização do Brasil. Não muito diferente, as condições necessárias, enfatizadas por Marx, estarão muito presente na indústria emergente no Brasil. O operário é livre, não é vendido como no sistema escravista, mas vê-se obrigado a vender-se por um determinado período de tempo, o suficiente teoricamente para sobreviver. Embora seja livre, não consegue libertar-se da classe capitalista, detentora do capital, que mantêm vivo o trabalhador com os salários pagos pela força de trabalho despendido pelo trabalhador.

Porém, é necessário ressalvar que no caso do Brasil, peculiarmente, havia a prática do emprego da mão-de-obra escrava na indústria, no período que corresponde anterior à abolição, a qual era alugada por uma soma maior que os salários pagos aos trabalhadores livres, o que demonstra preferencialmente, o emprego cada vez mais da mão-de-obra livre e assalariada.

Ao operário não cabe apenas vender sua força de trabalho, por um valor que ache justo, mas ainda depende do mercado oscilante entre compra e venda, oferta e procura. Se a procura por uma determinada especialidade de força de trabalho for maior que a oferta, o trabalhador será remunerado com salários razoavelmente melhores, não que sejam justos, nem suficientes. Caso a oferta da força de trabalho seja maior que a procura, o operário terá salários mais baixos. É a lei capitalista da oferta e da procura, desconsiderando as necessidades dos trabalhadores.

A remuneração do trabalho será paga de acordo com a necessidade da mão-de-obra, pois quando há um contingente de trabalhadores desocupados à procura de trabalho, os salários pagos são os mais baixos possíveis, quando há poucos trabalhadores para ocuparem as vagas disponíveis, o salário pago será maior, maior inclusive que o capitalista gostaria de pagar. No caso do Brasil, normalmente havia muito mais trabalhadores que postos de trabalho, o que contribuía para manter os salários sempre muito baixos.

Além da concorrência por uma vaga de trabalho a que o operário submete-se, o preço pago pela força de trabalho despendida, depende também do grau de profissionalização exigido pela tarefa que executa. Quanto menor é o tempo de formação profissional do operário, menor será seu salário, embora trabalhe tanto quanto seu colega melhor qualificado. Por isso, o operário pouco qualificado, precisa trabalhar por um período maior para ganhar um salário necessário que o sustente.

Com o advento da indústria em meados do século XVIII, na Inglaterra, seguida pelos demais países europeus, Estados Unidos da América, e, posteriormente no Brasil, foram aprofundando as relações de trabalho com a implantação da divisão com funções cada vez mais específicas. Com esta nova característica, o operário cada vez mais passou a conhecer menos o processo de fabricação de um produto, tornando-se alienado à pequena parte que lhe cabia fazer, desconhecendo o todo. Este processo de divisão deixou o operário cada vez mais dependente do capitalista, porque ele não é mais o dono do capital, da matéria-prima, nem do processo de fabricação como acontecia no período pré-industrial, restando-lhes a venda da sua força de trabalho.

A indústria não sobrevive sem a divisão do trabalho. Com a divisão do trabalho, o capitalista consegue explorar ao máximo do tempo e da habilidade que o trabalhador dispensa à produção, tornando competitiva no mercado. Porém, este sistema resulta na exploração excessiva do trabalhador, promovendo uma concorrência às vezes desleal entre os operários, visto que, quanto mais se divide o trabalho, mais se produz, logo precisa um número cada vez menor de operários. Para Marx,

> “Uma divisão do trabalho cada vez maior permite a um operário realizar o trabalho de cinco, dez, vinte operários; ela torna, portanto a concorrência entre os operários cinco, dez, vinte vezes maiores. Os operários não concorrem entre si apenas, vendendo-se mais baratos do que os outros; fazem-no também quando um só realiza o trabalho de cinco, dez, vinte. É a divisão do trabalho introduzida pelo capital e por ele cada vez mais

> utilizada, que obriga os operários a se lançarem neste tipo de concorrência.” (MARX, 1987, p. 46).

Além da concorrência entre si, o operário enfrenta também a simplificação do trabalho que realiza, visto que a cada nova máquina implantada na indústria dispensa a habilidade do trabalhador. Esta simplificação do trabalho resulta na perda de valor da força de trabalho. Pois, quanto mais simples for a tarefa executada pelo operário, menor será seu salário. Diante da situação, o operário obriga-se a fazer horas extraordinárias, produzindo mais e mais, desgastando-se a cada dia. Oliveira analisa a divisão do trabalho no sistema fabril da seguinte maneira:

> “O espaço fabril consagrou a divisão social do trabalho no interior das fábricas. O processo produtivo foi parcelizado em uma série de tarefas nas quais os operários podiam se especializar, ganhando-se velocidade e produtividade. O resultado foi a imposição aos trabalhadores de uma série, de tarefas repetitivas, de fácil aprendizagem, monótonas e estafantes.” (OLIVEIRA. 2001, p. 18).

Nas primeiras fábricas brasileiras, a divisão do trabalho também se fez presente, embora nas pequenas empresas houvesse uma divisão mínima do trabalho, com o predomínio do uso da ferramenta e da habilidade e um trabalhador especializado para produzir um determinado objeto, assim como também o assalariamento que adquirirá novas formas para atender o incipiente desenvolvimento do capitalismo. Isto porque, nas pequenas cidades, a indústria moderna se fará presente somente no século XX. Isso pode explicar a lenta expansão e consolidação da grande indústria brasileira.

O COTIDIANO DOS OPERÁRIOS E AS FÁBRICAS

O nascimento do sistema industrial brasileiro se deu de maneira bastante tímida, os empreendedores estavam mais preocupados com a

exportação de produtos primários do que investir num setor incerto ainda no país. Visto que, sem grandes somas de capitais, nem incentivo do poder público, adicionado à falta de contingente de trabalhadores qualificados no trabalho industrial, dificultava mais ainda o investimento no setor industrial. Mesmo diante das adversidades constatadas, a instalação das fábricas foi possível graças aos lucros acumulados pelos produtores e comerciantes de café, que optaram por inovar seus negócios, bem como, empresas e bancos estrangeiros que emprestaram dinheiro a juros, ou aplicaram diretamente na montagem das fábricas. Neste período inicial, a produção se restringiu aos bens de consumo não duráveis, como tecidos e alimentos, concentradas nas fábricas instaladas, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma das dificuldades sentidas pelos empreendedores industriais era a falta de mão-de-obra qualificada, visto que o Brasil convivia com a mão-de-obra escrava que não tinha tanta afinidade e experiência com o setor produtivo industrial. Mas que, mesmo assim, esteve presente nas indústrias instaladas no período anterior à abolição (1888), geralmente realizando o trabalho mais pesado. Havia também uma população livre, pobre e desocupada que fora aos poucos empregada pela indústria nascente, concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro, o que facilitou a implantação das fábricas nestas duas cidades, até a s primeiras décadas do século XX.

A vigência do regime escravista favorecia a formação de concepções ideológicas contrárias à valorização do trabalho manual, considerado humilhante, por isso, abnegado enquanto sustentáculo do desenvolvimento capitalista, o que atrasou o desenvolvimento industrial no Brasil, bem como a formação de uma classe operária.

Embora incipiente, é a indústria que permitiu acesso ao trabalho a uma categoria importante da população que até então vivera à margem dele. Estes trabalhadores livres trabalharam muitas vezes juntos com os escravos. O emprego destes trabalhadores livres e desqualificados e os escravos que não estavam acostumados com o trabalho industrial retardou a formação de uma classe operária organizada, bem como, dificultou um rápido desenvolvimento fabril.

> “Nas primeiras fábricas brasileiras trabalhava, muitas vezes, ao longo dos operários, um bom número de escravos. O fato de que o proletariado surgir no interior de uma sociedade escravista dificultou e entravou, durante muitos anos, o processo de sua formação como classe. Os operários têxteis constituíam a primeira categoria de verdadeiros proletários industriais modernos surgidos no Brasil. A primeira geração de proletários brasileiros convivera, nas fábricas e nas cidades com trabalhadores escravos durante várias décadas. Esse fato caracteriza toda a fase inicial do processo de formação do proletariado como classe no Brasil, diferenciando-se dos demais países, tanto europeus como sul americanos (Argentina, Uruguai e Chile, principalmente).” (LEONARDI, 1991, p. 90).

Como o trabalhador brasileiro não possuía qualificação, também não estava organizado enquanto classe social para reivindicar um piso salarial mínimo, tornou-se mercadoria barata ao capitalista, que comprava a força de trabalho na medida de suas necessidades e por um valor não supria as necessidades básicas de sobrevivência.

O trabalhador brasileiro não tinha nenhuma garantia de estabilidade, nem condições para lutar por melhores condições de trabalho, melhores salários, pois não formavam uma classe organizada porque viviam numa sociedade escravista de idéias ainda colonialistas. Nesse contexto social, os operários sujeitavam-se a trabalhar em condições bastante precárias e exaustivas.

Quase não havia diferença entre o trabalho escravo e o trabalho livre nas indústrias. Os alojamentos que abrigavam tanto os trabalhadores livres quanto os escravos eram idênticos. Nos dois casos, os trabalhadores chegavam a trabalhar até 15 horas diárias, sem descanso semanal remunerado aos domingos, nem tinham direito à férias anual. Este quadro demonstra que os operários não contavam com nenhum período de descanso, o que em nada distingue de um contexto escravista. Esta condição dificultou ou

retardou a imigração européia, que preferiam outros países latino americanos, assustados com o fantasma da escravidão que ainda emperrava no Brasil.

Não só Leonardi (1991), mas vários outros pesquisadores sobre o mundo do trabalho urbano-industrial brasileiro constataram as penosas condições de trabalho impostas nas primeiras fábricas. Decca (1991) observou que a jornada de trabalho às vezes ultrapassava 14 horas por dia e cita como exemplo, a fábrica têxtil Santa Rosaria, na periferia de Sorocaba, onde as horas de trabalho chegavam a 15 horas e, até mesmo 17 horas, na fábrica Mariângela, dos Matarazzo, em São Paulo, onde os operários trabalhavam das 5 da manhã às 22 horas, no início do século XX.

Luca (2001) constatou que, toda a família, inclusive as crianças a partir de cinco anos precisavam trabalhar para atender as necessidades básicas de sobrevivência da família, desculpando-se perante a sociedade com a idéia de que o trabalho para os ‘pequenos’ inibiria à vagabundagem.

É consenso entre os autores que estudam o tema, já citados acima, que as condições de trabalho eram subumanas dentro das primeiras fábricas brasileiras. Luca (2001) destaca um depoimento a respeito do trabalho infantil dado pelo operário Jacob Penteado, trabalhador na fábrica de vidros Cristalina Itália, em São Paulo.

> “O ambiente era o pior possível. Calor insuportável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Poeira micidial, saturada de miasmas, de pó de drogas moídas. Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças, porque muitas trabalhavam descalças ou com os pés protegidos por alpercatas de corda, quase sempre furadas. A água não primava pela higiene nem ela salubridade [...] Os meninos deviam estar na fábrica uma hora antes dos oficiais, porque tinham que encher de águas os latões e tinas, onde os vidreiros mergulhavam as canas e os ferros de fazer bocas, quando

> necessitavam arrefecê-los, e, também, deviam ascender os forninhos onde as peças eram reaquecidas para acabamento. Assim, em dias normais, as horas de trabalho dos meninos eram dez e, quando a fusão do vidro retardava, aumentavam para onze, doze, e até quinze [...] Os latões de água ou tintas pesavam, em geral, de vinte a trinta quilos. Os pobres meninos levavam-nos junto ao peito, com a orla do recipiente colada ao rosto. Devido ao peso, andavam a passos incertos, tropeçando a cada instante, e a água, então, sacudida, transbordava e ensopava as míseras roupinhas, que acabavam secando no corpo [...] Fazia-se fila junto à torneira, na maior aflição. Cada qual ansiava por desobrigar-se quanto antes, porque, ao chegarem os vidreiros, se a água não estivesse no lugar apropriado, os meninos apanhavam feio. Havia sempre uns infelizes, os menores, de 7 ou 8 anos, que ficavam por último, pois não podiam enfrentar os maiores, que empregavam a força, tomando-lhes a dianteira na bica. Era a lei do mais forte. Os meninos sempre foram indispensáveis, nas fábricas de vidro. Muitas tarefas auxiliares só eles podiam executar, sem contar que representavam mão-de-obra a preços dos mais vis. Ganhávamos apenas setecentos réis pó dia.” (LUCA, 2001, p. 26)

A imprensa operária do período referia-se às fábricas como legítimos presídios industriais. Embora nem sempre conseguissem obter informações reais sobre as condições de trabalho dentro das fábricas, denunciando àquelas de que se obtinham dados, como por exemplo, numa tecelagem, onde havia bastante poeira devido ao processo de fabricação, havia 4 janelas num espaço onde estavam 150 operários trabalhando, sob rígido controle dos chefes de produção que representavam os olhos e os ouvidos do capitalista.

Leonardi (1991) também reitera o habitual rigor praticado no controle do trabalhador, sendo que, a vigilância e disciplina no interior da unidade de produção era rigorosíssimo, pois o sistema de máquinas exigia observação contínua por parte do trabalhador para evitar acidentes e causar prejuízos ao capitalista.

Em meados do século XIX, quando a indústria dava seus primeiros passos, salário era uma novidade excepcional, pois a maior parte do trabalho no Brasil ainda era escravista, o que explica o não pagamento de salários, que em muitos casos, os operários recebiam comida, uniforme e bônus no final do ano. Só a partir do final da década de 1860, salário passou a ser referenciado como forma de pagamento pela força de trabalho despendida pelo trabalhador.

Geralmente, as fábricas e oficinas funcionavam em locais improvisados, insalubres, sem ventilação, as janelas localizavam-se no alto, para evitar que os trabalhadores vissem o exterior da fábrica e se distraísse, a iluminação era deficiente, não havia qualquer tipo de proteção frente às máquinas, que ao menor descuido, tinham seus dedos e até mãos e braços decepados pelas engrenagens, deixando-os “inválidos”, sem auxílio remunerado, isso quando não perdiam a vida nas engrenagens e serras.

As paredes, soalhos e forros não eram renovados, estando em péssimas condições, devido o desgaste natural do processo produtivo, os banheiros para ambos os sexos ocupavam o mesmo local, obrigando os operários e operárias a mudarem suas vestes no próprio local onde trabalhavam, expondo os trabalhadores em condições vexatórias.

Neste ambiente hostil, as crianças e mulheres sofriam abusos e injustiças quanto aos horários, aos salários recebidos, aos descontos sofridos. Muitos pais omitiam a idade do filho para que pudessem ser admitidos pelas fábricas, com o objetivo de ajudar nas despesas da família. Por que os salários recebidos pelos adultos eram insuficientes para a sobrevivência de todos. O jornal O Estado de São Paulo, de 5 de setembro de 1917, mencionado por LUCA (2001), demonstra preocupação em relação ao trabalho infantil noturno.

As crianças entravavam às 19 horas e saiam às 6 horas da manhã, tendo um intervalo de 20 minutos, à meia-noite. Além da exaustiva jornada noturna, as crianças queixavam-se de espancamento pelo mestre de fiação. (DECCA, 1991. p. 38). As mulheres grávidas trabalhavam até a hora do nascimento do filho, sem direito à licença maternidade ou remuneração. Quando o filho nascia, a mulher perdia o posto de trabalho, piorando ainda mais a renda familiar.

Estas constatações reforçam a idéia de que tanto a mão-de-obra como os próprios trabalhadores poderiam ser usados e abusados sem limites pelos proprietários das fábricas que contavam com o silêncio do poder público, mostrando-se omissos frente aos abusos de poder praticados pelos capitalistas, e amparados na ausência de qualquer tipo de legislação que possibilitasse ao trabalhador recorrer juridicamente contra os abusos sofridos.

Pela falta de uma legislação trabalhista nacional, os capitalistas faziam suas próprias leis e regulamentos internos, impunham normas, determinava valor dos salários, a jornada de trabalho, sendo comum estendê-las sem remuneração extra. Como havia mão-de-obra disponível, os empresários não se preocupavam em preservá-los da exaustão. Não existia contrato de trabalho, o que permitia ao industrial admitir e demitir a qualquer momento, sem aviso prévio ou indenização ao trabalhador dispensado.

Esta prática, tão comum no início da industrialização no Brasil, propõe o nascimento de uma nova forma de escravidão, os proletários tornam-se apêndices no processo de gerar riquezas, sem, no entanto, fazer parte dela. Diante deste quadro exploratório, os proletários em geral, estavam inertes às condições impostas pelo sistema. Como ainda não formavam uma classe social, não organizavam um grupo para exigir mudanças que melhorassem as condições de trabalho e de vida, somados à própria hegemonia ideológica burguesa que, jogava uns trabalhadores contra os outros com a intenção de enfraquecer as lutas.

Contribuindo para este cenário de inércia, o avanço da mecanização das fábricas ampliava a produtividade do trabalho, gerando crescimento de um exército de reserva de mão-de-obra desocupada, o que inibia ainda mais a luta

por melhorias. Este aumento da produtividade industrial, principalmente no setor do vestuário, apresentava características primitivas e bárbaras, com a otimização do tempo trabalhado ou, quando as máquinas eram ineficientes, o trabalhador era obrigado a trabalhar mais horas para compensar a falta de tecnologia, contribuindo para o acúmulo de capitais em massa.

As condições de trabalho pioravam nas fábricas de vidros, onde além da violência física ser constante, principalmente contra menores, era comum os operários trabalharem num local onde a tuberculose fazia parte do ambiente. A temperatura das fornalhas chegava a graus insuportáveis, a água consumida era insalubre e raramente havia alguma janela para ventilar. O ar era composto de poeira de vidro, o que piorava as condições dos operários que usavam a técnica do sopro na modelagem do vidro, intensificando a propagação da tuberculose.

A indústria do setor têxtil representou no início da industrialização brasileira, as mais avançadas relações capitalistas de produção no Brasil. Este segmento industrial concentrava grandes somas de capital, força de trabalho e maior concentração de máquinas do período, o que gerava ao setor maior produtividade por unidade fabril.

Esta dinâmica permite analisar as relações capitalistas de produção, mas ela não foi a única no período estudado, pois havia inúmeras oficinas e empresas menores espalhadas pelo país e que nem sempre empregavam relações capitalistas de produção, alicerçadas em técnicas artesanais, sendo que os trabalhadores tinham um vínculo mais estreito com o patrão. Estes estabelecimentos eram empresas do setor mobiliário, gráfico, calçados e também da construção civil. Nesses casos, a habilidade do trabalhador era fundamental, devido à carência de máquinas.

Estas pequenas fábricas eram improvisadas em casas velhas ou barracões. As condições de trabalho eram muito ruins. Os operários dividiam o espaço de trabalho com ratos, baratas e outros insetos que transmitiam inúmeras doenças. Em 1911, foi aprovada uma lei que regulamentava as mínimas de trabalho nas fábricas, mas nunca foi cumprida. O descumprimento

desta lei permitia a propagação de inúmeras doenças contagiosas, mutilações e mortes nas fábricas, devido ao uso inadequado de máquinas e instrumentos.

Na indústria têxtil, as lançadeiras eram verdadeiras armadilhas para as tecelãs. Quando alguma peça escapava do tear, amputava dedos e braços e até vazava os olhos. A soma destas péssimas condições resultou nas primeiras manifestações contra a exploração e as condições de trabalho. Diante deste quadro, pode-se entender porque foram criadas as associações mutualistas, as ligas operárias e os sindicatos. Estas agremiações surgiram para organizar e fortalecer a classe operária frente à exploração capitalista e auxiliar os trabalhadores que passavam por grandes dificuldades financeiras.

Alguns poucos operários, superavam o medo da repressão e denunciavam os maus tratos sofridos pelos operários no interior da fábrica, que mais parecia a um presídio que propriamente a uma fábrica, de aspecto fosco e hostil, com guardas fardados e armados nos portões, que muitas vezes, faziam revistas humilhantes nos operários e operários que ali trabalhavam alguns penalizados com a aplicação de multas injustas e castigos indevidos.

O COTIDIANO DOS OPERÁRIOS E O BAIRRO

Fora das fábricas, nas vilas operárias onde moravam estes trabalhadores, as condições não eram em nada melhores, pelo contrário, era uma extensão das péssimas condições fabris. Com os míseros salários recebidos nas fábricas, impossibilitava viver em condições razoáveis.

Estes trabalhadores concentravam-se em bairros característicos operários ou vilas proletárias não muito distante das fábricas, geralmente em locais de baixada, próximo a rios ou morros, devido ao baixo preço dos terrenos.

Nestes bairros, não havia infra-estrutura urbana, quando havia, era precária. As ruas não tinham calçamento, formando um lamaçal quando chovia; e uma nuvem de poeira quando fazia sol; não havia esgoto ou água tratada, assim como também faltava iluminação na maioria das pobres residências.

Nestas condições, tão precárias, era comum a incidência de doenças causadas pela falta de higiene e de alimentação adequada. Entre as doenças mais comuns, propagava-se a tuberculose, a febre tifóide, a disenteria e outras doenças infecto-contagiosas, as quais deixaram milhares de vítimas entre os trabalhadores.

Alguns poucos industriais organizaram bairros para seus operários, construindo casas, na maioria dos casos para os trabalhadores mais qualificados. Nestes bairros havia um, porém, um rígido controle imposto aos moradores em troca de 'benefícios' como o de morar ali, além de uma dura exploração nas fábricas, como forma de compensação pelos benefícios recebidos.

As habitações estavam construídas muito próximas umas das outras, formando cortiços e favelas e constituindo 'formigueiros humanos', como Aluísio de Azevedo caracterizou em seu livro, O Cortiço. O interior das moradias era tão precário quanto o bairro inteiro. As construções eram de madeira ou material de má qualidade, sempre muito pequenas, abrigando sempre um número muito maior do que o suportável. Entre as residências, menos de 50% tinham mais de um quarto, o que permite concluir que a família inteira dormia num mesmo cômodo, sem um mínimo de privacidade.

Leonardi (1991) destaca que no século XIX, já havia uma preocupação das autoridades sanitárias com relação às condições das moradias, que eram pequenas demais para o número de moradores, o assoalho coberto de lama; o teto, preto de moscas; as paredes, úmidas; a fumaça do fogão, misturando-se no ambiente fechado o que contribuía para a propagação de inúmeras doenças. O tanque onde as mulheres lavavam a roupa, bem como, os banheiros, era coletivo nos cortiços, formando filas para lavar roupa ou usar o banheiro.

Nas vilas operárias, construídas pelos empresários, as moradias eram um pouco melhores, mas os moradores eram submetidos ao controle rígido do "patrão", tornando-se clientes. Não era raro, estes operários não receberem seus salários, mas somente 'vales' para serem trocados no armazém da

própria fábrica, onde os preços estavam mais caros que nos armazéns independentes. Nestas vilas, além das casas, existia escola, creche, armazéns e capelas, onde transmitia-se a ideologia dominante.

Assim, como moravam mal, comiam mal, mesmo gastando a maior parte dos salários com alimentação, porque os alimentos subiam mais que os salários, resultando numa alimentação deficiente e insuficiente. Entre 1914 e 1927, os salários pagos aos operários da indústria brasileira, haviam aumentado cerca de 150%, enquanto o custo de vida havia subido mais de 300% neste mesmo período. Este cenário mostra que os salários não custeavam as despesas mais básicas das famílias e cada vez mais acumulava um déficit entre o custo de vida e os salários percebidos.

Trabalhando longas jornadas, morando mal e alimentando-se precariamente, as doenças se propagavam numa velocidade espantável, vitimando milhares de pessoas entre 1903 e 1920, sendo que a tuberculose sozinha matou perto de 70 mil, como destaca Deca (Maria Auxiliadora, 1991).

A propagação das doenças ganhava um aliado importante, a falta de instrução entre os operários, o que dificultava a informação a respeito de como prevenir as doenças contagiosas e higienizar os ambientes onde trabalhavam e residiam. A instrução pública no nível elementar primário passou a ser oferecido aos filhos do operariado imigrante somente a partir da década de 1910 e 1920. Porém, a freqüência as escolas esbarravam nas condições precárias de vida, que em muitos casos, as crianças maiores abandonavam a escola para cuidar dos menores em casa, enquanto a mãe trabalhava fora. Eram poucos os que concluíam o nível primário. Em algumas indústrias, em geral as de grande porte, ofereciam instrução para os filhos de seus operários, no interior das vilas, organizadas, mantidas e controladas pelos industriais.

Outro problema vivido pelos proletários era a falta de assistência à saúde. Até 1930, segundo Deca (1991), os operários buscavam auxílio nas associações operárias porque não havia uma estrutura de saúde ou previdência social por parte dos poderes públicos, para atender as necessidades dos trabalhadores.

Este quadro de exploração, miséria, doenças, controle social, falta de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida do proletariado brasileiro, promoveu a organização do Movimento Operário Brasileiro. Greves, motins, protestos, passeatas e comícios, tornaram-se comuns nas primeiras décadas do século XX. Ainda no século XIX, ocorreram greves como meio de resistência coletiva frente à situação vivida pelos trabalhadores urbanos. Embora estas paralisações demonstrassem que a estrutura capitalista vigente no período era injusta, considera-se a greve de 1902, ocorrida no Rio de Janeiro como a primeira greve de proporções significativas.

O editorial “A Terra Livre” de 25 de maio de 1907, citado por Decca (1991), fazia uma grande chamada para que os trabalhadores se unissem para exigir menos horas de trabalho, mais horas de descanso, mais comida, mais educação, além de alertar contra a repressão sofrida por parte dos patrões e da polícia que trabalhava a favor dos empresários.

Além do apoio da polícia, os capitalistas contavam com mais uma arma contra os operários, a Lei Adolfo Gordo[6], a qual inibiu a ação dos militantes pelas causas trabalhistas, que, na sua maioria, eram estrangeiros. Com esta medida, o movimento operário diminuiu, mas não morreu, sempre renovava-se, quando estourava greves e motins em vários pontos do país. Entre as dezenas de manifestações, os proletários se organizavam em associações e sindicatos, para fortalecer sua luta e transformar o quadro de exploração em que viviam.

As várias greves ocorridas até o início da Primeira Guerra Mundial, não resultaram em melhorias imediatas no trabalho, nem nas condições de moradia e de vida. As manifestações avulsas foram importantes para a luta operária, mas não alcançaram os resultados desejados. Somando-se à estagnação nas negociações com os patrões, a falta de produtos, as constantes elevações no custo de vida, a constante defasagem salarial, a inexistência de leis trabalhistas, resultaram na grande greve de 1917, quando São Paulo parou perante o movimento espontâneo da massa trabalhadora. Este ano representou o grande marco histórico da luta dos trabalhadores brasileiros por

uma vida melhor. Nos anos seguintes, a pressão do movimento operário obteve as primeiras conquistas, como a redução da jornada de trabalho feminino e infantil, fim das multas, amparo aos acidentados com a Lei de Acidentes de Trabalho (1919).

Em 1925, os trabalhadores conquistaram o direito de 15 dias de férias anuais. Dois anos depois, estava proibido o trabalho para menores de 12 anos. Em 1926, o Congresso Nacional passou a ter a competência de “Legislar sobre o Trabalho”. Vale salientar que o Brasil vivia o contexto da República Velha, o que explica a constante omissão do Estado frente as reivindicações dos trabalhadores, pois, nesse período, ainda não havia um salário mínimo para os trabalhadores brasileiros, o que permite concluir que, cada capitalista pagava o mínimo possível; o rigor dentro das fábricas permaneciam, bem como, as formas de repressão contra o movimento reivindicatório, a fim de evitar “exageros” na concessão de benefícios aos trabalhadores.

Nas primeiras décadas do século XX, as idéias anarquistas e anarco-sindicalistas, fundamentaram as lutas dos trabalhadores brasileiros pela conquista de melhorias nas condições de vida e de trabalho. Se por um lado o processo industrial avançava, por outro, os trabalhadores se organizavam, conquistando benefícios, muitos dos quais estão hoje suscetíveis às “leis “ da globalização.

CONCLUSÃO

Pela análise das fontes, observou-se que a instalação das primeiras fábricas no Brasil, se deu num contexto capitalista, teve maior impulso a partir de 1850, com a participação de capital estrangeiro e utilização de mão-de-obra escrava sendo rapidamente substituída pela imigrante.

Estas fábricas eram pequenas no século XIX, poucas dispunha de máquinas a vapor usando a maior parte, a força braçal. A estrutura física,

desconsiderava as necessidades básicas de trabalho dos operários, levando o trabalhador a exaustão física e a contaminação por doenças que, em muitos casos, vitimava os trabalhadores.

As relações de trabalho dentro das fábricas mostraram ser conflituosas em vários momentos, pois os empresários não respeitavam os direitos mais elementares, exigindo um número excessivo de horas de trabalho, sem descanso semanal e anual, os salários pagos eram irrisórios, descontos injustos, demissões sem aviso prévio e rígido controle dentro e fora das fábricas.

Fora das fábricas, as condições de vida não eram em nada melhores às das fábricas. Os operários formavam uma nova classe que, em geral estava excluída de uma participação civil ou política, não era permitido organizar sindicatos ou partidos político nos primeiros tempos da indústria, sendo que estes direitos foram conquistados com o movimento operário e lutas concretas contra o patronato e o Estado, somente no século XX.

Diante deste quadro de exploração e preconceito contra os assalariados, visto somente com força de trabalho, pobres, débeis e perigosos, a classe trabalhadora conseguiu através da organização e da luta, avançar lentamente conquistando direitos trabalhistas, os quais foram fundamentais para mais tarde ser implantada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT -1943), que passou a ordenar e sistematizar a legislação social e trabalhista no Brasil, sendo referência até os dias de hoje em contratos entre trabalhadores e patrões.

BIBLIOGRAFIA

Artigos

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. **O Mercado de Trabalho Mineiro no século XIX.** Ibmec, MG. 2004. http://www.sergioOB@ibmecmg.br

KELLER, Paulo Fernandes. **COTIDIANO OPERÁRIO & COMPLEXO FABRIL: fábrica com vila operária em Paracambi – RJ.** Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Edição v. 5, nº1, março 2006.

PEREIRA, Aline Fernandes. **A INDÚSTRIA ANTIGA TRABALHO MANUFATUREIRO EM UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA.** Anpuh, Rio de JANEIRO. S.d.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. **Qualidade de vida no trabalho e saúde**. Ciência e saúde coletiva. Vol. 5, nº 1, Rio de Janeiro, 2000.

SZMRECSANYI, Tamás. **Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil.** Revista de Economia Política, vol. 22, nº 2 (86), abril-junho/2002.

Livros

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico Brasileiro.** 21ªed., Petrópolis: Vozes, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **INDÚSTRIA, TRABALHO E COTIDIANO: Brasil – 1889 a 1930.** São Paulo: Atual, 1991. – (História em documentos).

HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** 8ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 42ªed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e Trabalho na História do Brasil.** Do café à Revolução Tecnológica. São Paulo: Contexto, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vol.1, 13ªed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital.** 4ªed., São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de Industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.